

**SERVIÇO SOCIAL, PÓS-GRADUAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO BRASIL.** Carvalho DBB, Silva MOS, organizadoras. São Paulo: Cortez Editora; 2005. 144 pp.

ISBN: 85-249-1186-7

Este ano, os assistentes sociais brasileiros comemoraram o aniversário de 70 anos da profissão. Apesar da longa trajetória percorrida e da importância do campo disciplinar do Serviço Social para o avanço do conhecimento na área das Ciências Sociais Aplicadas e na Saúde Pública, ainda são pouco conhecidas as contribuições teóricas dos assistentes sociais. A falta de visibilidade da teoria produzida pelos pesquisadores dessa disciplina tem como uma de suas razões a ausência de periódicos indexados. Essa é uma das constatações presentes no livro *Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil*, sob organização e co-autoria das pesquisadoras Denise Bomtempo B. Carvalho e Maria Ozanira S. Silva.

O livro teve como objetivo analisar o percurso da pós-graduação em Serviço Social no Brasil e verificar o impacto da formação de mestres e doutores no desenvolvimento da prática profissional e o avanço teórico do campo disciplinar. Para atingir o objetivo proposto, o livro apresenta uma análise documental que teve como fonte de dados relatórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo sido considerados os relatórios resultantes de avaliações realizadas no período de 2001 a 2003. A fonte de dados analisada e a experiência das autoras como representantes da área do Serviço Social junto à CAPES possibilitaram o êxito alcançado pelo livro ao analisar esse campo científico.

Na introdução, as autoras apresentam uma análise da política de pós-graduação proposta pelo governo brasileiro e como o Serviço Social está situado nesse cenário. A análise apresentada mostra que, no Brasil, a pós-graduação é sobretudo ofertada pelas instituições públicas de ensino superior, responsáveis por 82% dos cursos de mestrado e 90% dos cursos de doutorado existentes no país. Diante desse quadro, foi formulado o *IV Plano Nacional de Pós-Graduação*, que contou com a participação de diversos segmentos da comunidade científica brasileira e tem como meta expandir os cursos de mestrado e doutorado, de modo a promover a formação de docentes, pesquisadores e profissionais para intervir nos setores públicos e privados. Nas metas governamentais para a pós-graduação brasileira, algumas áreas do conhecimento vinculadas à indústria e comércio exterior, como é o caso das Ciências Exatas e da Terra, das Ciências Agrárias e das Engenharias, são consideradas estratégicas.

Considerando as metas do Governo em relação à eleição de áreas do conhecimento estratégicas, as autoras destacam a importância de não se deixar à margem outros campos disciplinares de importância central para redução de desigualdades sociais e elevação da

qualidade e expectativa da população brasileira, como é o caso das Ciências da Saúde e das Ciências Sociais Aplicadas, áreas do conhecimento nas quais os profissionais e pesquisadores do Serviço Social estão inseridos.

O capítulo I, intitulado *Das Origens à Atualidade da Profissão: A Construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil*, tem como autoras Maria Carmelita Yazbek & Maria Ozanira Silva. O desenvolvimento do Serviço Social como um campo de pesquisas e formação de mestres e doutores é apresentado tendo como ponto de partida as décadas de 1970 e 1980, ocasião que os assistentes sociais estavam envolvidos no "Movimento de Reconceituação" da profissão, que foi o processo responsável pelo surgimento de novas perspectivas teóricas presentes na formação dos profissionais, e contribuíram para movimentos de importância destacada no Brasil, como o movimento de Reforma Sanitária.

Ainda no capítulo I, são apresentados os cursos de pós-graduação existentes e a importância desses programas de mestrado e doutorado a fim de se analisarem cientificamente novas demandas que surgem para o assistente social na contemporaneidade. No campo da saúde, por exemplo, o uso de drogas ilícitas e o aumento de casos de pessoas com HIV/AIDS são apontados como questões centrais para profissionais do Serviço Social atuantes nas instituições de saúde. Nesse sentido, os 19 cursos de mestrados e os nove de doutorado que compõem o universo da pós-graduação em Serviço Social podem ser considerados aliados na formação de profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista o conhecimento produzido e a criação ou aperfeiçoamento de técnicas resultantes das pesquisas realizadas.

No capítulo II, *Recursos Humanos e Atividades de Formação dos Programas de Pós-Graduação na Área de Serviço Social*, as pesquisadoras Denise Bomtempo Carvalho & Maria Ozanira Silva apresentam dados quantitativos referentes aos cursos de pós-graduação analisados. Por meio das informações apresentadas, é possível conhecer o tempo médio transcorrido desde o ingresso até a titulação dos futuros mestres e doutores; a quantidade de docentes existentes em cada um dos programas; a produção científica de docentes e discentes; a carga horária dedicada a atividades acadêmicas. Tais informações são necessárias para avaliar os programas que recebem notas atribuídas pela CAPES. Essas notas determinam, por exemplo, o número de bolsas de estudo que serão enviadas às universidades, além de representar uma escala de classificação referente à qualidade dos programas no cenário científico nacional.

O capítulo III, *A Pesquisa, a Produção e a Divulgação de Conhecimentos de Pós-Graduação na Área de Serviço Social*, dedica-se a problematizar as questões referentes à produção teórica do campo disciplinar. Além das organizadoras do livro, esse capítulo teve

a participação das pesquisadoras Maria Jussara e Regina Míoto. Nele, são apresentados dados referentes à produção bibliográfica e técnica de docentes, discentes e pesquisadores vinculados aos programas de mestrado e doutorado do Serviço Social. É possível constatar que a Região Sudeste sozinha concentra 42,35% da produção bibliográfica dos programas de mestrado e doutorado existentes no Brasil. A Região Nordeste é responsável por 34,6% das publicações; a Região Sul, por 18,43%; a Região Centro-Oeste, por 4,67% e a Região Norte contribuiu com 0,5%. O fato de a Região Sudeste concentrar a maioria dos programas em Serviço Social é um dos elementos que podem ser considerados para compreender a disparidade dos números de publicações segundo regiões.

As principais de linhas de pesquisa dos programas e os temas e objetos de estudos mais pesquisados também são explorados no capítulo III. A área da “saúde” ocupa a sétima posição entre os temas mais pesquisados nos programas de mestrado e doutorado. Os projetos de pesquisa ocupam-se, principalmente, da análise da estrutura do SUS e a defesa de direitos dos usuários. Questões previdenciárias, saúde do trabalhador, HIV/AIDS, saúde mental e saúde do idoso também são áreas que revelam interesse crescente dos pesquisadores do Serviço Social. Apesar da diversidade de temas pesquisados, a produção teórica tem pouca visibilidade, em virtude, sobretudo, da ausência de periódicos indexados.

As autoras destacam a importância de os pesquisadores do Serviço Social investirem na indexação dos periódicos. Sugerem a criação de uma Revista Nacional dos Programas de Pós-Graduação que seja indexada e apresentam o exemplo da revista *Serviço Social & Sociedade*, um periódico clássico do Serviço Social brasileiro, que tem investido esforços a fim de se tornar indexado. Tais estratégias são apontadas como caminhos úteis para que os pesquisadores da área aperfeiçoem o canal de comunicação com a comunidade científica nacional e internacional. O livro apresenta um quadro analítico da pesquisa em Serviço Social, bem como o papel que agências como a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desempenham no sentido de analisar os rumos da pós-graduação brasileira e traçar diretrizes que possibilitem avançar na produção do conhecimento.

Cristiano Guedes  
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.  
ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero,  
Brasília, Brasil.  
cguedes@unb.br

**A CURA DA RAÇA: EUGENIA E HIGIENISMO NO DISCURSO MÉDICO SUL-RIO-GRANDENSE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.** Silveira E. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo; 2005. 173 pp.

ISBN: 85-7515-321-8

Uma das questões recorrentes nos estudos sobre a constituição da identidade brasileira na passagem do século XIX para o XX diz respeito ao processo da filiação de correntes do pensamento nacional a similares europeus. Assim, termos como “influência”, “assimilação”, “imitação” e “adaptação” povoam esses trabalhos. Tomado de forma acrítica, o postulado da “absorção das idéias estrangeiras” pode nos levar a uma concepção enganadora: a de que o Brasil não seria nada mais do que um entreposto de produtos culturais provindos do exterior. Sem um exame mais cuidadoso em relação ao significado de “cópia”, a própria discussão sobre a identidade brasileira perderia muito do seu significado. Se há uma identidade nacional, é preciso mostrar em que consiste a *nacional*. Além do mais, sem essa preocupação, como seria possível diferenciar um autor de um outro? É necessário observar que qualquer processo de “assimilação” é realizado mediante uma determinada fusão entre elementos considerados pertinentes a um sistema teórico de partida e o contexto ou “tradição” sócio-político para o qual as idéias são importadas. O livro do historiador gaúcho Êder Silveira tem este mérito: caracterizar a *originalidade* das leituras de textos europeus em território nacional. O principal argumento que está subjacente no seu estudo é o de que a incorporação de idéias européias deu-se de forma seletiva e plenamente instrumentalizada.

O objetivo principal do livro é refletir como a intelectualidade brasileira na passagem do século XIX para o XX estabeleceu uma utopia do ideal nacional a ser realizada no futuro. Procurando identificar e caracterizar as trilhas pelas quais a “Geração de 1870” construiu narrativas sobre o ser brasileiro, o autor analisa como o discurso médico, articulando a eugenia e o higienismo, possibilitou (re)pensar a “identidade nacional”. O argumento fundamental é o de que, naquele período, as “construções narrativas” sobre a identidade brasileira ressaltavam a “diferença” na fixação de papéis sociais e de estereótipos de amplas camadas da população. Essas narrativas eram sustentadas pelo evolucionismo darwiniano e pelo “racismo científico” da época, contudo a incorporação de idéias estrangeiras pelos nossos intelectuais deu-se por processos de “misturas e hibridações” (segundo as palavras de Serge Gruzinski). Com isso, a *intelligentsia* brasileira terminou por criar um discurso ambíguo, em decorrência da originalidade com que o projeto homogeneizador dos modelos eurocêntricos foi introduzido em uma realidade social não homogênea – um “entrelugar”, no dizer de Homi Bhabha –, constituída pela presença de sujeitos diferenciados que tiveram suas trajetórias cruzadas em